

Mario Liverani

\* \* \*

# ANTIGO ORIENTE

*História, Sociedade e Economia*

\* \* \*

TRADUÇÃO  
IVAN ESPERANÇA ROCHA

## IV A REVOLUÇÃO URBANA

### I. A ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO, AS “GRANDES ORGANIZAÇÕES”

O lento desenvolvimento da colonização agrícola, das técnicas artesanais, do comércio de longa distância e dos centros cerimoniais, culmina em meados do quarto milênio naquela que é definida, por uma célebre expressão de Gordon Childe, como “revolução urbana”, e que teve lugar na Baixa Mesopotâmia e, em particular, no centro de Uruk (período de Uruk Antigo, aproximadamente 3800-3400 e período de Uruk Tardio, aproximadamente 3400-3000). A expressão tem sido objeto de crítica, mas continua sendo um conceito heurístico muito forte. Trata-se de um longo processo que tem pressupostos bem remotos, um fato revolucionário tanto pela velocidade como pela abrangência das mudanças produzidas. Com relação à velocidade, trata-se de uma rápida aceleração, um verdadeiro “salto”, precedido e sucedido por fases de desenvolvimento mais lentas e de persistência mais duráveis. Do ponto de vista da abrangência das mudanças, estas permeiam todos os aspectos da sociedade – desde os demográficos aos tecnológicos, desde os socioeconômicos aos ideológicos – e a permeiam de forma tão intensa que muda sua estrutura, instaurando um tipo de organização que posteriormente terá validade para todo o período do Bronze, proporcionando, mais adiante, ao Antigo Oriente, sua fisionomia característica.

A “revolução” é complexa e o problema central sempre foi o de distinguir entre os fatores fundamentais e primários e os que foram derivados desse processo. As primeiras tentativas de explicação tendiam a privilegiar como decisivo um desses fatores: o tecnológico, o demográfico ou o organizacional, mas hoje fica claro que estamos diante de um mecanismo de tipo sistêmico, em que os vários fatores interagem uns com os outros e recebem outros impulsos exatamente dessa interação. A nova organização de exploração dos recursos é uma poderosa arma de dinamização do desenvolvimento, mas seria impensável sem o impulso da especialização do trabalho e da concentração urbana. O

crescimento demográfico é indubitável, mas por si só teria uma eficácia lenta, que requer condições novas para expandir em um curto período de tempo. As inovações tecnológicas foram provavelmente estimuladas pelas crescentes exigências produtivas, mas ao mesmo tempo as provocaram.

Para simplificar o mecanismo sistêmico, e estabelecer prioridades de tipo lógico, mais que cronológico, deve-se dizer que o aumento da produtividade agrícola é a premissa fundamental para assegurar às comunidades uma disponibilidade de excedentes alimentícios que garanta a manutenção de especialistas em tempo integral mediante a constituição de um polo distributivo central. O "salto" mais evidente é o demográfico e o urbanístico, mas o mais substancial é o organizacional. A origem da cidade significa a origem do Estado e da estratificação socioeconômica. Significa, portanto, a origem da história, não tanto porque o novo instrumento da escrita coloca à nossa disposição uma fonte de informação mais explícita e mais detalhada, mas, sobretudo, porque pela primeira vez se assiste à complexa interação de grupos humanos dentro de cada comunidade (estratificação social, constituição de uma direção política, papel sociopolítico da ideologia) e entre as várias comunidades que já possuem uma organização em escala mais ampla (cidades-estado e circunscrições) e que são dotadas de estratégias específicas e que rivalizam o acesso aos recursos e o controle territorial.

Durante todo o período Neolítico e Calcolítico as comunidades tinham a dimensão de uma aldeia (ou de grupo transumante), com implicações quantitativas e qualitativas. Cada comunidade tendia a ser homogênea, seja nas relações com as outras comunidades como nas relações internas, porque tendiam a ser autossuficientes. Existiam diferenças de nível, com famílias mais ricas ou mais numerosas que outras, com aldeias maiores e mais prósperas que outras. E existiam especializações (individuais ou coletivas) que, no entanto, mantinham um caráter mais ocasional e uma distribuição irregular. O "salto" organizacional consistiu na organização e na separação entre produção primária e técnicas especializadas, e na polarização desta separação concentrando os especialistas em alguns centros maiores, protourbanos, e deixando dispersa nas aldeias rurais a responsabilidade pela produção de alimentos.

A relação de complementaridade tornou-se rapidamente hierarquizada, com aldeias estruturalmente tributárias da cidade. Havia um fluxo de excedentes que passava dos produtores de alimento aos especialistas e que permitia sua sobrevivência mesmo sem produzir alimentos. E dos especialistas passava-se para os produtores de alimentos um fluxo de produtos transformados e de serviços.

O mecanismo é bidirecional, e traz vantagens à comunidade integrada em seu complexo, mas as relações internas desequilibram-se, favorecendo mais os especialistas. Estes são, antes de tudo, depositários de técnicas mais raras e avançadas, possuindo assim uma capacidade contratual e um prestígio social e cultural bem superior aos produtores de alimentos que realizam tarefas de baixa tecnologia e muito comuns (eles representam 80% ou mais da população). Além disso, os especialistas ocupam uma posição mais avançada na cadeia produtiva, que favorece a possibilidade de amealhar per

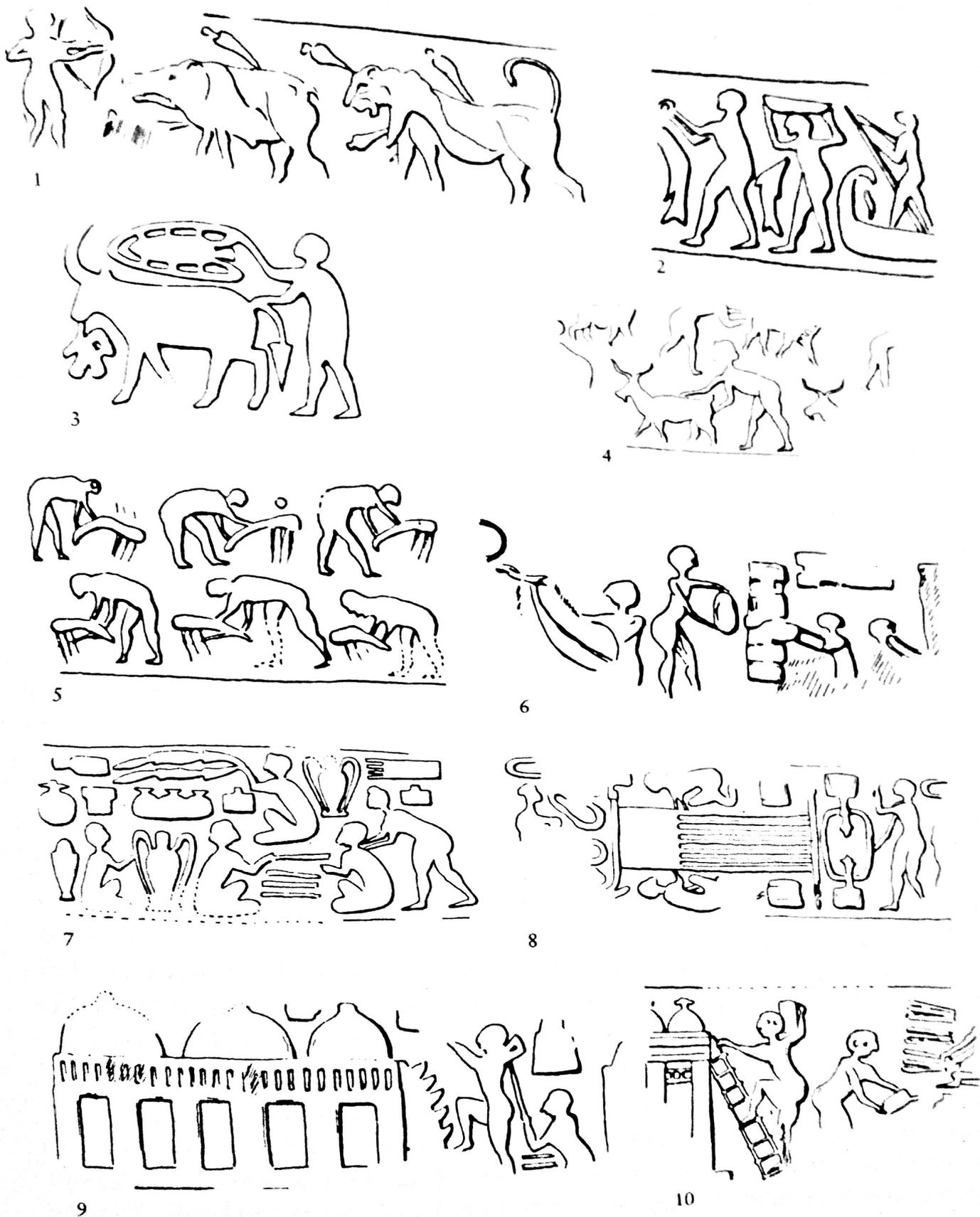


Figura 19. Cena de trabalho na arte glíptica do período de Uruk; 1-2 caça e pesca; 3-4: criação de animais; 5: agricultura; 6: obras públicas; 7-8: artesanato; 9-10: armazenamento.

centuais privilegiados de renda, e de influenciar as decisões estratégicas. No vértice do núcleo especializado e urbano encontram-se os que desenvolvem tarefas administrativas (escribas, administradores, supervisores) e cerimoniais (sacerdotes), com o objetivo de assegurar a coesão da comunidade e a organização dos fluxos de trabalho e de retribuição que a perpassam. O que, no âmbito familiar e de aldeia, estava sob a responsabilidade do chefe de família e que estava determinado pela tradição, torna-se uma tarefa especializada (aliás, a mais especializada de todas), que inclui a tomada de decisões delicadas baseadas na desigualdade e que tendem a acentuá-la. A solidariedade não é mais cumulativa e opcional, como acontecia nas comunidades de aldeia em que cada núcleo familiar autossuficiente podia também divergir ou extinguir-se sem provocar nos outros qualquer consequência particular. No sistema especializado e urbano, a solidariedade torna-se orgânica e necessária, fazendo com que a complementaridade e organização sequencial tornam o trabalho de cada núcleo familiar necessário também para os outros núcleos; ninguém podia "tirar o corpo fora" sem comprometer todo o sistema; e as decisões estratégicas envolviam a todos e deviam ser aceitas por todos (por convicção ou mesmo por coação).

A organização do trabalho especializado, sua concentração espacial, a identificação de polos de decisão comuns geraram o que L. Oppenheim chamou de "as grandes organizações": templos e palácios. São os grandes conjuntos arquitetônicos e organizacionais que marcam a distinção entre cidades e aldeias; as cidades se identificam com os assentamentos que se tornam sedes de grandes organizações e as aldeias onde tais organizações estão ausentes. Há uma grande diferença entre templo e palácio. O templo é antes de tudo a sede das atividades culturais, a "casa do deus", onde a comunidade presta a seu chefe simbólico o culto diário e periódico (festas). O palácio, ao contrário, é a residência do chefe humano, o rei com seu círculo mais estreito (família real, corte). No entanto, as afinidades também são importantes, pois tanto o palácio quanto o templo são sedes das atividades administrativas e das decisões, e a sede do acúmulo dos excedentes que fundamenta todo o mecanismo distributivo. Além de residência real ou divina, além de sede das manifestações públicas de caráter político ou religioso, palácio e templo são também a sede de oficinas artesanais, de armazéns, de escritórios de escribas e de arquivos. São, por vezes, a sede também em sentido logístico, com locais destinados à atividade e a serviços de caráter econômico; ou o são em sentido estrutural, dado que os edifícios palaciano e templário estão rodeados e integrados por outros edifícios destinados ao armazenamento de víveres e às atividades artesanais e administrativas. O conjunto constituído pelo palácio/templo, pelos edifícios complementares especializados, pelas habitações do pessoal dependente (clero, administradores, mercadores, artesãos, guardas), representa todo o setor "público", preponderante nas cidades, mas ausentes nas aldeias.

Quanto às grandes organizações, a população é dividida em dois grupos bem distintos. Os especialistas não possuem meios de produção própria, mas trabalham para o palácios que os mantém mediante um sistema de rações ou de repartição de terras. Portanto, os especialistas constituem a elite socioeconômica e política do Estado, mas

são jurídica e economicamente “servos” do rei (ou do deus), e fazem parte do Estado por serem por ele mantidos, e se beneficiam diretamente do mecanismo distributivo. O resto da população, por sua vez, é constituído pelas famílias de produtores de alimentos, é “livre” no sentido de que possui os próprios meios de produção (terras, rebanhos) e trabalha para seu próprio sustento; no entanto, é tributário do Estado, a quem deve repassar seus excedentes alimentícios, e assim torna-se parte do mecanismo distributivo, mais no momento do dar que no de receber, momento este que geralmente tem um caráter ideológico (culto religioso, propaganda política), com pequena retomada da produção especializada e, inclusive, do serviço essencial da defesa. Onde se dá um maior investimento da organização central no campo é na escavação dos canais, uma infraestrutura agrícola que só pode ser criada com uma coordenação do trabalho e o aporte de recursos que apenas a grande organização tem condições de assegurar.

Dentro do núcleo palaciano a especialização do trabalho é muito acentuada: as listas de ofícios e profissões documentadas desde o período Uruk Tardio são muito detalhadas, e abarcam todo o universo de competências tecnológicas da época. Esta acentuada e concentrada especialização do trabalho comporta consequências importantes. Os especialistas a tempo pleno conferem às suas habilidades um indubitável impulso de profissionalismo e de eficiência, e têm condições de desenvolver processos de produção mais racionais. A inovação tecnológica pode contar com um ambiente mais favorável, e as exigências do público comprador permitem uma ampliação de produtos mais caros e de qualidade. Por outro lado, o trabalho voltado para compradores menos exigentes e mais numerosos mantém um trabalho repetitivo e homogêneo, voltado para exigências mais quantitativas que qualitativas. Desenvolvem-se processos de produção em série: a cerâmica é feita no torno e até mesmo em moldes, com peças de menor qualidade e personalização, mas com uma grande economia de tempo e de custo; a metalurgia adota a fundição em moldes, com resultados parecidos; a tecelagem abandona a dimensão familiar e passa a ser feita em oficinas com emprego de numerosa mão de obra feminina e infantil. Portanto, o progresso tecnológico traz benefício quanto ao custo e à quantidade, mas também tem possibilidades de atender uma demanda por produtos mais caros e de qualidade.

Uma segunda série de consequências é de ordem social. Instaure-se no âmbito de cada especialização uma relação hierárquica entre mestres de oficina e aprendizes, entre supervisores e operários. As tradicionais relações de trabalho familiares passam a incluir relações de dependência e estímulos à carreira. A retribuição está ligada ao lugar de trabalho e à capacidade do dependente em fornecer o serviço solicitado. Na organização da família e da aldeia cada um tem uma posição já definida pela relação de parentesco no momento do nascimento; e cada um já sabe se e qual papel (social, além do produtivo) herdarà à morte do pai. Passa-se a receber recompensas pessoais, a partir de méritos e responsabilidades pessoais, e surge a propriedade pessoal (não mais familiar) dos bens, mas é sobretudo na relação entre as diferentes categorias que se estabelece o grau de prestígio no trabalho efetuado (que pode ser mais ou menos especializado, exi-

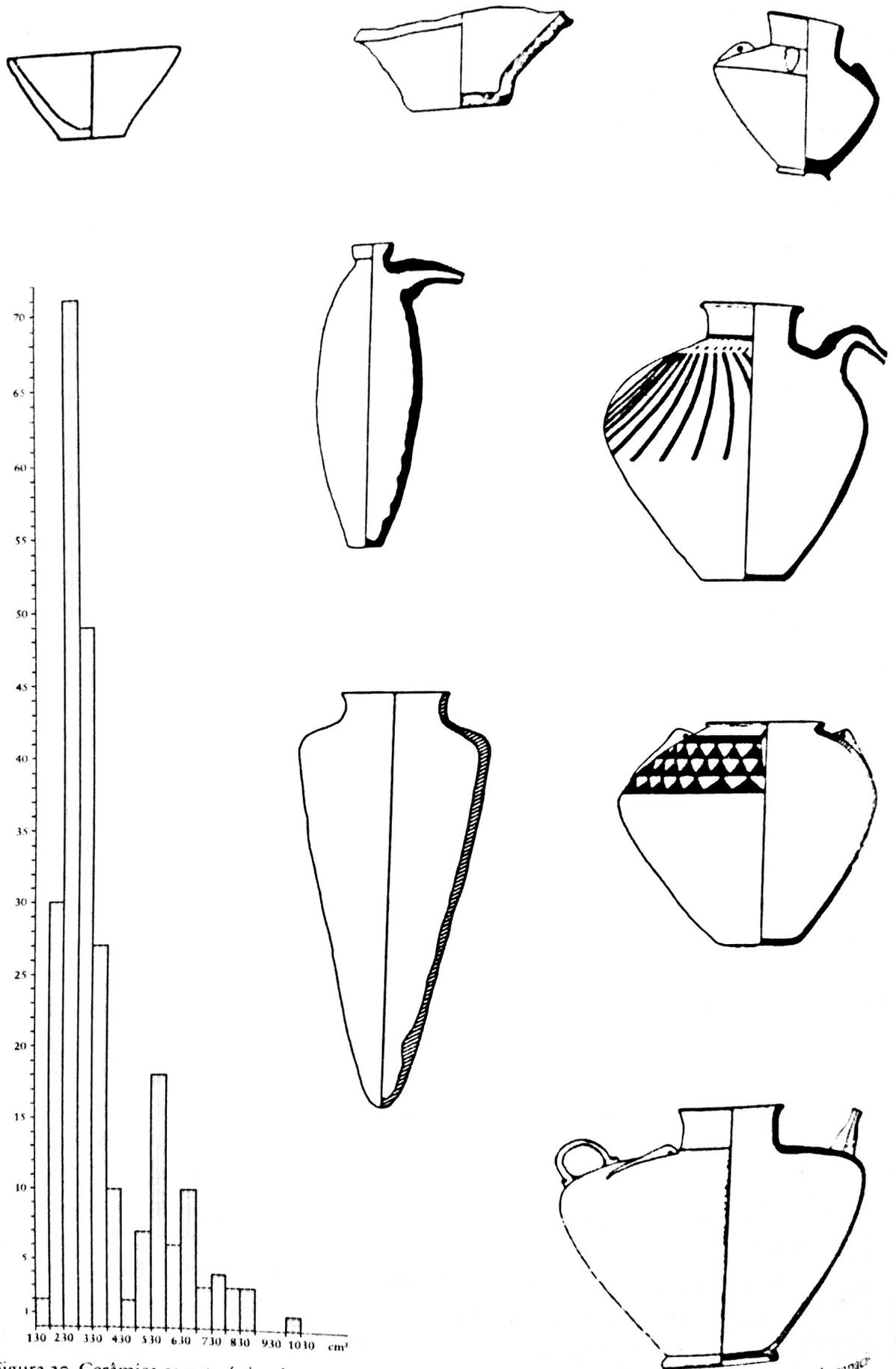


Figura 20. Cerâmica característica do período do Uruk recente; histograma mostra a padronização da capacidade das tigelas de ração (Malatya).

gir maior ou menor capacitação e aproximar mais ou menos do centro de decisões) e o tipo de retribuição recebida. As diferenças de censo não são mais apenas ocasionais, mas representam um elemento estrutural na ordem social. A sociedade de especialistas torna-se automaticamente uma sociedade estratificada em classes.

## 2. A CIDADE E AS ALDEIAS

Se a revolução urbana culminou na Baixa Mesopotâmia entre 3500 e 3200, é preciso indagar porque isso aconteceu exatamente naquela região e naquele período. É evidente que os pressupostos para o grande salto qualitativo atingiram seu ponto de maturação naquela situação histórica. Na base, como vimos, deve estar a disponibilidade de excedentes suficientes para manter as grandes organizações e seus membros especialistas e, para isso, é necessário um desenvolvimento especial da produção agrícola. A dimensão de nichos ecológicos, mesmo os menores, favorecia desenvolvimentos técnicos e econômicos estimulados, sobretudo pela proximidade de interfaces entre diversas regiões ecológicas. A Baixa Mesopotâmia é um nicho de dimensões muito maiores, e é um nicho que se não possuir as condições adequadas torna-se pouco hospitaleiro, porque os grandes rios (Tigre e Eufrates), com a sinuosidade de seus meandros e suas periódicas enchentes sazonais, produzem um cenário de pântanos, com águas paradas e solos muito encharcados. A distância das matérias-primas para a construção dos utensílios (metais, pedras duras, madeira) constitui também um obstáculo para o desenvolvimento nas primeiras fases, quando o percurso de longas distâncias se torna custoso e aleatório. Por outro lado, quando conta com equipamentos adequados, o nicho baixo-mesopotâmico tem seus valores de caráter qualitativo e dimensional: terras que, bem drenadas, garantem altos rendimentos; rede fluvial de ligações econômicas; ampla dimensão que favorece a superação do limitado espaço da aldeia.

De fato, o desenvolvimento da Baixa Mesopotâmia conhece um percurso especial, pois a região situa-se às margens do desenvolvimento no período da primeira neolitização, e passa a assumir um papel de vanguarda no período Ubaid e na passagem do calcolítico ao período do Bronze. É possível que um dos fatores importantes tenha sido a retração das águas do Golfo Pérsico, tanto pelos movimentos de caráter tectônico como pelo progressivo ajuste dos sedimentos fluviais. Tudo isso permitiu uma restauração das áreas pantanosas por meio de canais, com a finalidade de drenar o excesso de água e de ampliar a área atingida pelas cheias, regularizando a disponibilidade das águas e corrigindo os grandes desequilíbrios sazonais e anuais. A construção de obras hidráulicas do território passou por vários estágios técnicos e organizacionais: os grandes canais de alcance regional ainda não são possíveis, o que ocorrerá só muitos séculos mais tarde com a unificação política e com o surgimento de uma maior capacidade de mobilização. As primeiras obras hidráulicas são apenas locais e com poucas características técnicas, mas já conseguem delimitar dentro do território "ilhas" saneadas e sob controle.

E a própria natureza dos fatos hídricos estimula a ligação entre as várias "ilhas": a construção de um trecho de canalização, a montante, influencia a canalização em trechos mais abaixo, a abertura de um canal, o desvio de um braço fluvial, a destinação de uma depressão para coletar ou dar vazão às águas), ou seja, as obras hidráulicas podem favorecer algumas faixas de terra e danificar outras, de tal forma que as iniciativas locais entram em conflito se não forem coordenadas ou se o conflito não for resolvido em favor de uma das partes em contenda. De qualquer forma, as primeiras obras hidráulicas remontam ao período Ubaid, e caminham *pari passu* com a colonização agrícola do vale, mas é apenas em meados do quarto milênio que assumem uma dimensão de circunscrição, e servem também para criar uma rede de ligações entre circunscrições (o transporte fluvial é muito mais econômico que o terrestre).

Paralelamente à criação dos sistemas de canalização também deve ser levado em conta o progresso da tecnologia agrícola propriamente dito. A agricultura irrigada, com água em abundância, permite rendimentos mais altos e mais estáveis que os das encostas das montanhas, atrelado ao regime pluvial. Para o cultivo dos solos profundos do vale cria-se um instrumento que se tornará típico da agricultura mesopotâmica durante três milênios: o arado-semeador (sumério *apin*, acádio *epinnu*), que permite uma grande redução do tempo de trabalho se comparado ao trabalho com a enxada. Além disso, o arado-semeador mesopotâmico é um instrumento complexo, e consente uma semeadura mais direcionada (fixando as sementes na terra), diminuindo a ação dos predadores. Isto exige, naturalmente, disponibilidade de gado para a tração (quatro ou até seis animais), exige trabalhadores especializados e adapta-se melhor a um cenário agrário padronizado com largas faixas de terra dispostas perpendicularmente às margens dos canais; insere-se, portanto, em uma organização planejada da produção agrícola. Irrigação, arado-semeador, altos rendimentos da cultura de cereais (com uma relação de 1:30 ou mais entre semente e colheita) e campos extensos garantem ao amplo nicho baixo-mesopotâmico a ampla e estável disponibilidade de excedentes alimentícios que permitem a manutenção de um rico e diversificado grupo de especialistas e de administradores concentrados nas cidades.

Os assentamentos não são mais distribuídos de maneira uniforme em um território qualquer para desenvolver atividades indiferenciadas. Sua localização é definida principalmente, pela proximidade a cursos de água e pelas vantagens da irrigação e do transporte, que se torna essencial para a centralização das excedentes trazidos dos campos para os armazéns das cidades. Além disso, os assentamentos são organizados hierarquicamente em pelo menos dois e, muito rapidamente, em três níveis. A divisão em dois níveis significa a prática de uma distinção entre as aldeias de pequenas dimensões e dedicadas à atividade agropastoril, e as cidades que concentram as atividades de transformação, troca e serviços, e cuja dimensão não está mais ligada à exploração do território imediatamente circunstante, podendo usufruir da drenagem em nível de circunscrição. Os níveis tornam-se três, com estrutura de centros intermediários, funções urbanas descentralizadas no setor do artesanato e na rede administrativa.

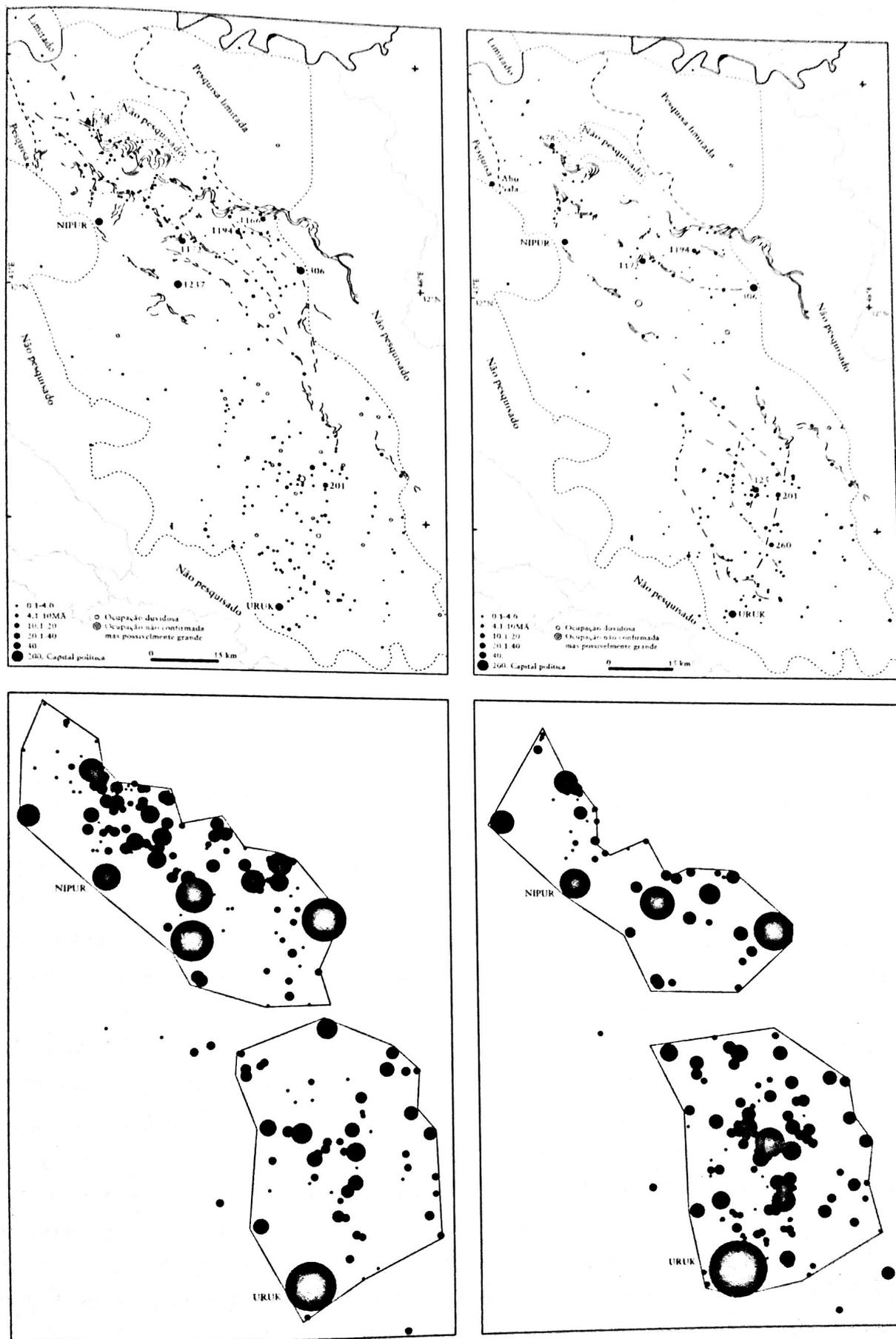


Figura 21. Ocupação da Baixa Mesopotâmia no período de Uruk. Assentamentos e canais no período do Uruk Antigo (acima, à esquerda) e Tardio (acima, à direita); simulação das extensões cultivadas no período do Uruk Antigo (em baixo, à esquerda) e Tardio (em baixo, à direita).

A hierarquização e a especialização funcional dos assentamentos constitui o aspecto exterior da nova organização política, que supera as dimensões de uma aldeia para assumir as dimensões de circunscrição, com uma cidade-capital, sede do poder político (isto é, do palácio, ou dos templos urbanos e do núcleo dirigente) e da maior parte das funções especializadas; uma série de centros periféricos; uma nutrida série de aldeias tributárias. Todo esse conjunto se distingue de outros, análogos, por meio de faixas de território não colonizado, marcado por pântanos com águas paradas, ou de estepes áridas não atingida pela rede de canais. Esses espaços têm uma função política ao manter separadas as circunscrições, e uma função econômica na condição de reserva de recursos marginais mais importante (transumância pastoril, pesca, coleta).

A urbanização caminha *pari passu* com um rápido crescimento da população, ocasionado não tanto por correntes de imigração (como se imaginava superficialmente no passado), mas por um crescimento demográfico interno estimulado pelo aumento da produção alimentar. Porém, este crescimento global, que demonstra o caráter positivo da revolução urbana (permitindo sustentar uma grande ampliação do número de habitantes no mesmo território), é perpassado por diferenças e flutuações. O crescimento de um centro urbano comporta um efeito de esvaziamento da área rural da região. O caso de Uruk parece evidente, seu crescimento urbano (cerca de 70 ha) na fase Uruk Antiga (níveis XIV-VI de Eanna, aproximadamente 3500-3200) envolve uma concentração da população e a eliminação de aldeias em um raio de diversos quilômetros. No entanto, mais ao norte (região de Nippur-Adab), onde a concentração urbana é menos expressiva, o crescimento demográfico dilui-se nas numerosas aldeias. Porém, depois (na fase de Uruk Tardio, níveis V-III de Eanna, aproximadamente 3400-3000) se dá, de alguma forma, o contrário: o grande centro de Uruk (cerca de 100 ha) já tem condições de atrair a população do norte, e se produz uma crise nas aldeias na região de Nippur-Adab. É difícil avaliar até que ponto essas flutuações demográficas resultem do deslocamento de grupos humanos e saber qual seja o resultado das diferentes taxas de crescimento em regiões diversas, taxas que são aplicadas inicialmente a populações análogas, mas que, após várias gerações, levam a uma modificação das relações quantitativas.

Por último, é necessário considerar que a estruturação do território agrícola por meio da escavação de canais e a concessão de terras exigem um impulso demográfico para serem eficazes e produtivas. De fato, para realizar a escavação de um canal é necessário conservar provisões de alimentos para cobrir os custos (levando em consideração o número de trabalhadores envolvidos), e dispor de mão de obra, que apesar de ser coagida não poderá inviabilizar as plantações já efetuadas. Logo após o término do canal, é necessário ter o quanto antes famílias disponíveis para serem colocadas nas novas terras para cultivá-las e auferir os benefícios (em termos de uma ampliação dos excedentes centralizáveis) que justifiquem o custo das instalações. Portanto, a ação é cíclica: exige um excedente de pessoas e de alimentos, e leva à ampliação da base produtiva e dos excedentes. É também cíclica a ação no plano das relações políticas internas: exige uma sólida base de consenso e de eficiência técnica para projetar a infraestrutura e realizá-la de

forma racional e econômica, mas, por sua vez, gera consenso e relações de dependência orgânica mais estreitas com os novos colonos. Assim, crescem as interfaces entre demografia, tecnologia e política, sem que um aspecto possa ser considerado prioritário de forma isolada e independente.

As relações de hierarquia e interdependência que se estabelecem no conjunto do território acabam alterando o cenário (agrário e urbano) também em uma escala mais detalhada de observação. No campo, a situação jurídica da terra é diversa. No estágio pré-urbano todas as terras têm um mesmo estado jurídico e pertencem às famílias que as cultivam. No âmbito da comunidade existem mecanismos que garantem a permanência das terras nas mãos das várias famílias (mecanismos que tornam impossível a alienação da propriedade fundiária fora da transmissão hereditária); e existem também terras comunais geridas pela aldeia (as pastagens, mas também as terras de famílias extintas). Com a urbanização, dá-se uma distinção do estado jurídico das terras. Algumas permanecem como propriedade das famílias "livres", outras pertencem, ao contrário, ao templo e ao palácio, e estas tendem a ampliar-se com o tempo, tanto via processos de aquisição econômica como por iniciativas de colonização (as grandes glebas são impensáveis sem uma agência central). A gestão das terras templárias e palacianas dá-se de duas formas: uma parte é diretamente desfrutada pela organização via mão de obra servil, e, portanto, tende a assumir o aspecto de grandes propriedades agrícolas; outra parte é loteada e entregue em usufruto aos dependentes da organização em troca ou mudança de seus serviços. Essas terras dos templos e dos palácios criarão um novo cenário agrário, com uma presença humana menos expressiva e mais difusa, que caracteriza as imediações das cidades e as terras recém-estruturadas, produzindo assim a marginalização das aldeias a que já nos referimos. Os diferentes tipos de terras significam para o templo e para o palácio diversas formas de arrecadação fiscal: o "dízimo" (ou outra porcentagem não elevada) das terras de aldeia, a totalidade do produto das terras exploradas diretamente (reservando o que é necessário para o próximo plantio e para o sustento dos camponeses e dos animais empregados no trabalho) e o serviço especializado em troca das terras loteadas. Entre as várias terras cria-se também uma interação econômica, pois os trabalhos sazonais que exigem mão de obra numerosa são realizados nas propriedades agrícolas templárias e palacianas pelos habitantes das aldeias como serviço obrigatório (corveia), de forma a aliviar os custos de gestão das grandes organizações.

Uma diversificação análoga — de forma totalmente diversa — caracteriza também os aglomerados urbanos, diferenciando-os das aldeias, cuja composição homogênea por núcleos familiares se traduz, no plano urbanístico, em uma série de habitações com dimensão e função uniformes. A estratificação e a diversificação funcional, no entanto, conferem às cidades um aspecto urbanístico complexo: no centro destacam-se (com atenção também voltada para o aspecto externo para atrair a admiração da população) os edifícios palacianos e templários. Outros edifícios também são públicos e incluem armazéns, oficinas artesanais etc. Por fim, restam as casas de moradia que, no entanto, pertencem a núcleos familiares com prestígio social e possibilidades econômicas dife-

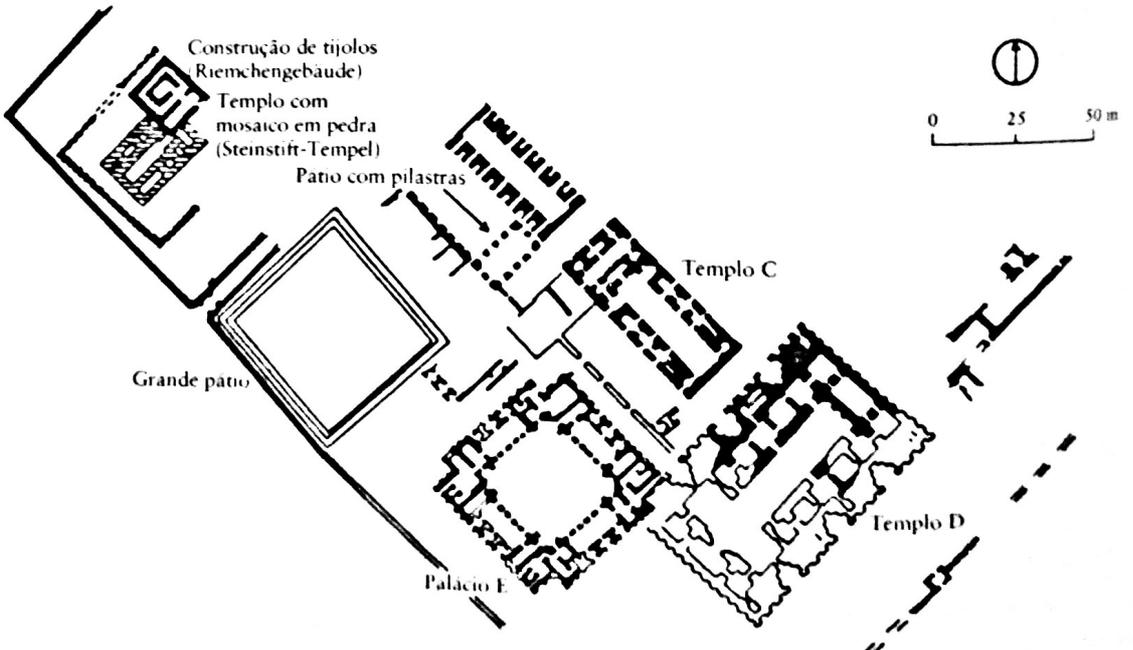
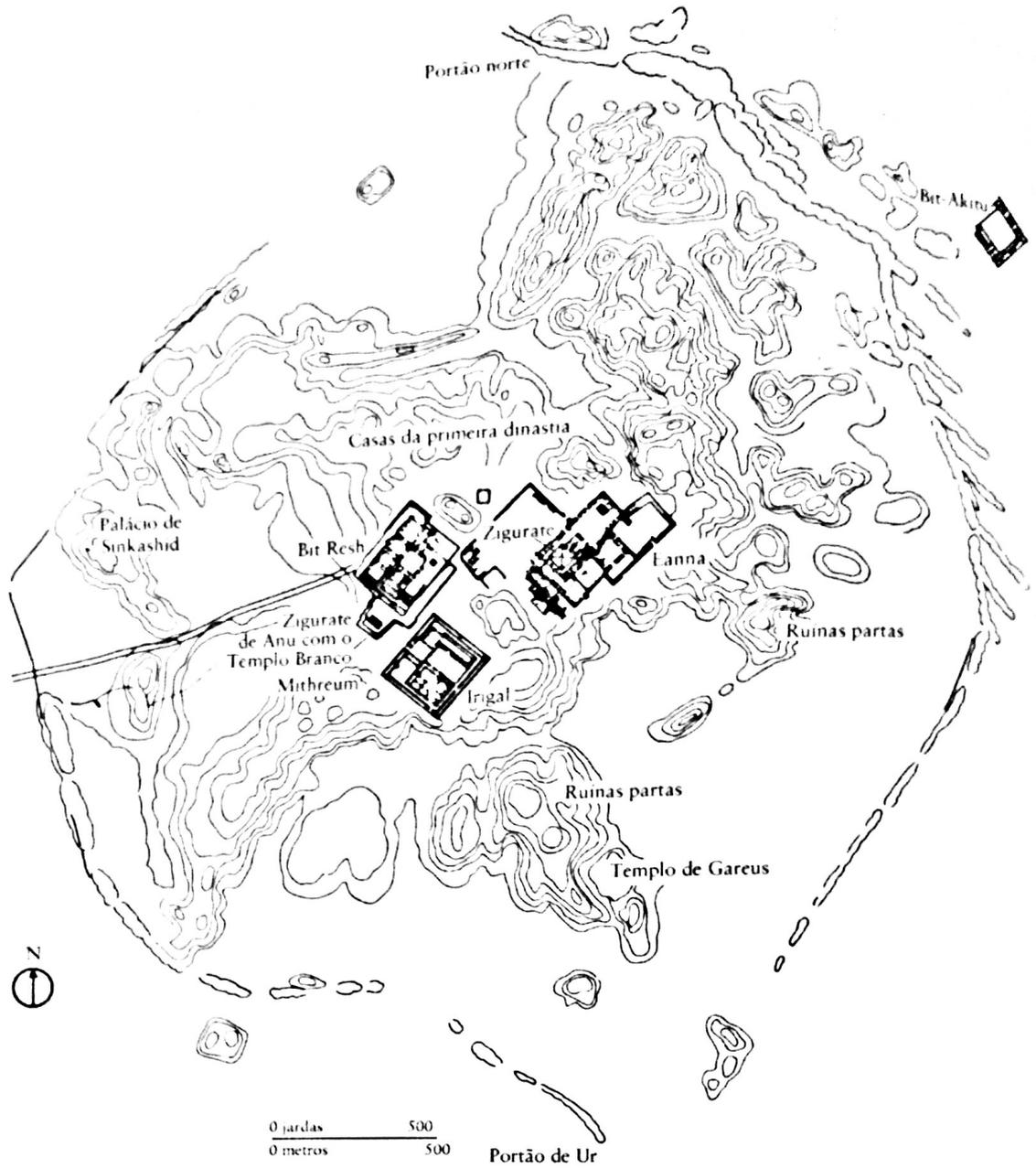


Figura 22. Uruk. Planta geral (no alto); área sagrada do Eanna no nível 4 (em baixo).

renciadas, que também tenderão a se destacar por sua grandeza e riqueza. Nesse tecido urbano diferenciado o centro de atração é constituído, sem dúvida, pelo templo, ou templo-panteão urbano). A área sacra de Eanna em Uruk, com vários templos adjacentes e unidos por colunatas e pátios, e com a vizinha plataforma artificial do templo de Anu, constitui um caso extremo devido à sua complexidade e riqueza, mas não um caso anormal.

Enfim, urbanização significa também concentração de riqueza suficiente para permitir a construção de muros de proteção. A grande despesa necessária para essa obra gigantesca, inclui um grande número de jornadas de trabalho para a produção e o assentamento dos tijolos, ou simplesmente para a escavação e para o acúmulo de terra, é justificada pela proteção do patrimônio conservado na cidade: um patrimônio de reservas alimentícias provenientes dos impostos internos, e de mercadorias preciosas derivadas do comércio de longa distância, mas também um patrimônio de conhecimentos e de habilidades técnicas concentradas nos ateliês de artesanato, e um patrimônio ideológico concretizado nos templos e em sua ornamentação. É preciso defender tudo isso dos possíveis ataques das cidades vizinhas ou de invasores distantes. As aldeias, ao contrário, são muito numerosas e muito pequenas, e sua riqueza é muito modesta e efêmera para que valha a pena protegê-las com muros. A verdadeira riqueza das aldeias é sua população (mão de obra efetiva do palácio de que dependem, e potencial para o combate de eventuais agressores), mas esta busca sua defesa mais na fuga que na proteção das fortificações. A aldeia aberta localizada na região rural, com tecido urbanístico pouco denso e composta de casas de pequeno valor arquitetônico e destinadas a uma curta duração contrapõe-se claramente as cidades protegidas com muros, com um grande contraste entre espaço interno e externo e com um tecido urbanístico muito compacto, próprios para a delimitação do espaço útil, com grandes edifícios mais elaborados arquitetonicamente, destinados a uma duração mais longa e a ser restaurados ou mesmo reconstruídos devido a seu valor funcional e emblemático para toda a comunidade. A urbanização inclui, portanto, a construção de edifícios monumentais (do templo urbano ao muro de proteção) como tutela prática e simbólica da prosperidade da comunidade protoestatal.

### 3. DO QUALITATIVO AO QUANTITATIVO

As grandes organizações templárias e palacianas são enormes centros distributivos: excedentes e retribuições, serviços e mercadorias interajam e se equilibram em uma dimensão e complexidade que superam as modestas transferências de âmbito familiar ou aldeão. Para além de determinados patamares, os instrumentos tradicionais de conhecimento pessoal não são mais adequados, sendo necessárias convenções objetivas e impessoais para assegurar e garantir fluxos proporcionados e constantes nas várias direções. Isto exige a implementação de um sistema de pesos e medidas, de um sistema de

numeração, de cálculo e confronto de valores e, por fim, uma extensão do sistema que incluía, além das mercadorias, também o trabalho humano, o tempo e a terra.

Medidas (de peso, de capacidade, lineares e de superfície) já existiam, ancoradas em elementos antropomórficos: o polegar, o cúbito ou o pé para as medidas lineares, ou o talento para os pesos (o peso de uma pessoa) ou a carga de um asno, e assim por diante. Essas medidas tradicionais e concretas, sejam por sua imprecisão, seja pela padronização que variava de lugar para lugar, eram dificilmente utilizadas como mecanismo de cálculo complexo. O passo decisivo consistiu em sua inserção em um esquema homogêneo ancorado no sistema de numeração. Na Mesopotâmia, esse sistema era baseado nos múltiplos de seis e dez, e que denominamos sexagesimal. Múltiplos e submúltiplos de uma determinada unidade são 60 e 360,  $1/60$  e  $1/360$ , e assim por diante.

As várias unidades de medida tornam-se facilmente utilizáveis por uma administração de grandes dimensões quando são ancoradas no sistema sexagesimal. Assim, como exemplo, o talento se divide em sessenta minas, e a mina é subdividida em sessenta siclos. Essa integração exige um distanciamento das práticas anteriores e a padronização das relações. Ela permite realizar com grande rapidez os cálculos necessários à administração: da soma à multiplicação e divisão (por pessoas ou por unidades de tempo), sobretudo em função da redistribuição das rações, que é uma operação repetitiva por natureza, quer no momento em que é realizada (por um elevado número de pessoas) quer ao longo do tempo. O patrimônio dos bens controlados pela administração (como entrada ou saída) torna-se objeto de cálculo com quantidades elevadas e em perspectiva de longa duração – o que não seria possível realizar “a olho”, como no âmbito familiar.

As medidas padronizadas exigem protótipos garantidos e custodiados pela administração central. Se o “palmo” – para dar um exemplo – deve ser igual para todos e para sempre, e deve ser exatamente a metade do cúbito, então não se poderá medir com o palmo de qualquer indivíduo, devendo ser usado um palmo oficial. Assim, a criação de organizações distributivas de caráter suprafamiliar exige, além da utilização de valores numéricos elementares, também a constituição de exemplares que servissem de modelo – nas escavações arqueológicas foram encontrados, sobretudo, os pesos menores (principalmente siclos, e raramente minas) que eram feitas em pedra dura, mas poucos exemplares das medidas lineares que eram feitas com materiais perecíveis. As medidas de capacidade são, às vezes, marcadas nos recipientes padronizados, mas também podem ser percebidas nas dimensões dos recipientes.

Uma segunda operação de padronização administrativa diz respeito à comparação dos valores. Troca e redistribuição exigem a criação de correspondência de mensuração entre diversos elementos: mercadorias, trabalho, tempo e terra. Cada elemento que passa a fazer parte do sistema precisa receber um valor em relação aos outros elementos. Já existe uma relação de fato e de forma embrionária: cede-se uma determinada quantidade de certo bem em troca de outra quantidade de outro bem, dependendo de

sua acessibilidade, de sua necessidade e do trabalho utilizado para produzi-lo. Essas relações subjetivas e variáveis permitem trocas recíprocas, mas só são utilizáveis em uma organização redistributiva ampla, duradoura e especializada após terem sido simplificadas e estabilizadas. Decide o valor de cada mercadoria e dos vários serviços, e segue esse sistema de equivalências ao realizar as trocas e redistribuições.

Duas outras operações essenciais completam este quadro. A primeira é a seleção de algumas mercadorias que assumam o papel de valor padronizado. Em vez de memorizar e colocar em vigor todas as equivalências possíveis (de cada mercadoria em relação às outras) é importante e até indispensável promover uma simplificação, se se opera em um universo amplo, memorizando e definindo as equivalências de todas as mercadorias em relação a apenas uma (duas ou três no máximo) que se torna medida das demais. Portanto, a comparação entre duas outras mercadorias passará pelo cálculo da mercadoria-padrão — no entanto, sem que esta deva interferir fisicamente na troca. Na Mesopotâmia, as mercadorias-padrão são principalmente duas: a cevada e a prata (mais raramente o cobre). A cevada é caracterizada pela ubiquidade, pelo escasso valor unitário e pela presença em muitas das operações a serem efetuadas. A prata, por sua vez, é caracterizada pela preciosidade e raridade, mas também pela permanência (não é “corrosiva”) e pela possibilidade de entesouramento.

São dois elementos muito distintos que servem de medida de valor em diferentes ocasiões, envolvendo diferentes mercadorias, e que assumem uma função complementar e integrada.

A segunda operação essencial é a indexação do sistema de valores ao sistema de numeração. Relações de valor muito complicadas tornariam impraticáveis os cálculos de conversão. Prefere-se atribuir às mercadorias-padrão do sistema econômico local relações numéricas simples e inseridas no sistema sexagesimal. Dado que as várias mercadorias são também mensuradas por meio de diferentes sistemas (metais e lã em peso, os cereais em volumes para produtos secos, óleo em volumes para líquidos), a tabela geral das correspondências seria inadequada para o cálculo se as várias escalas de medida e as relações de valores não fossem simples (em sentido sexagesimal). No sistema padrão mesopotâmico, um siclo de prata geralmente equivalia a um *gur* (= 300 *sila*, isto é, litros) de cevada, a seis minas de lã e a doze litros de óleo. Dado que os múltiplos e os submúltiplos das medidas de peso e de capacidade, mesmo não sendo todas rigidamente de sessenta em sessenta, são indexadas aos principais valores do sistema sexagesimal (6, 10, 12), o cálculo de conversão é muito simples.

Já acenamos a respeito da inserção do fator tempo na ordenação quantitativa global da realidade. Neste caso, também existem medidas-base naturais: o ano solar, o mês lunar, ou o dia. Esse tempo natural torna-se homogêneo e sexagesimal: ano de 360 dias, com doze meses de trinta dias. O mesmo se aplica para a subdivisão interna do dia em horas e minutos (porém não temos dados sobre ela para os períodos mais antigos). Tornando homogêneo e sexagesimal, o tempo pode ser facilmente inserido nos cálculos, sobretudo os que se referem ao fornecimento de rações. Se a ração diária é de dois litros

de cevada, teremos, automaticamente, sessenta litros ao mês; um litro de cevada corresponde a um siclo de prata ao ano, e assim por diante.

Com o sistema de rações atribui-se ao tempo um valor diferenciado, segundo se trata de trabalho efetuado. Para as rações básicas, que retribuem o trabalho aplicado ao ano ou de mão de obra, os parâmetros são os do sexo e da idade, que buscam um equilíbrio entre o alimento e o peso corpóreo médio. Assim, a ração mensal de sessenta litros para o homem torna-se de quarenta para as mulheres e de trinta para as crianças. As rações também incluem o óleo (repassado mensalmente) e a lã (repassada anualmente), cobrindo toda a gama das exigências de sobrevivência mais essenciais.

A padronização e avaliação do trabalho, em relação ao tempo empregado e à retribuição, levam a uma padronização dos próprios produtos. Ou seja, se um objeto é produzido com uma medida fixa mensal, dado que é muito difícil controlar seu trabalho, a administração estabelece quantos vasos deverá entregar em um tempo estabelecido. O artesão sabe que, no final do mês, deverá entregar certo número de vasos com capacidade e características definidas. Portanto, trabalhará em série (graças a uma tecnologia desenvolvida para isso), e produzirá vasos padronizados quanto à capacidade e características para atender aos pedidos de forma segura e rápida. Produção em massa, parâmetros de dimensões, retribuição fixa, levam a produção a definir certos tipos e certas capacidades, ligadas, por sua vez, à padronização do conteúdo e de seu valor.

O caso mais estudado é o das tigelas para rações alimentícias. Trata-se de tigelas feitas com moldes, que reproduzem por fora a superfície áspera do molde e na parte interna o sinal dos dedos que comprimem a argila contra o molde; a borda é chanfrada com o polegar (daí o nome *bevelled-rim bowls*). Essas tigelas, produzidas massivamente com massa grosseira e com baixa cocção, foram encontradas em número e concentração tão altas que só podem ter sido usadas para a alimentação de um grande número de trabalhadores, não no âmbito familiar, mas de grandes organizações. Para serem moldados ou para o uso a que se destinavam, as tigelas tendiam a apresentar tamanhos homogêneos, ou seja, a situar-se em alguns pontos de adensamento preferenciais (tigelas grandes, médias e pequenas). Propôs-se que a capacidade das tigelas corresponde exatamente à ração diária, que os três tamanhos correspondem às três categorias humanas retribuídas de forma distinta (homem-mulher-criança), e que a tigela era trocada e substituída, cada vez, por outra nova e cheia. Essas propostas são inaceitáveis: as tigelas não são todas iguais (nem para as subclasses), e eram usadas obviamente como nossos pratos de sopa, ou seja, não eram enchidas até a boca nem utilizadas para medir (e menos ainda para medir) a ração, mas simplesmente para contê-la e comê-la. Não eram, certamente, jogadas fora após o uso, um desperdício inconcebível na Antiguidade. Portanto, eram conservadas pela administração templária ou palaciana (grandes concentrações delas podem ser encontradas ao redor dos templos) para a alimentação dos trabalhadores que recebiam rações diárias no lugar de trabalho, ou seja, os trabalhadores sazonais (corveia), e não os dependentes internos que recebiam rações mensais. No entanto, fica evidente um alto grau de padronização na produção das tigelas.

que deriva não só do procedimento de fabricação, mas também da destinação (rações) e da inserção em uma organização globalmente padronizada e que atua em cada ocasião seguindo uma unificação quantitativa.

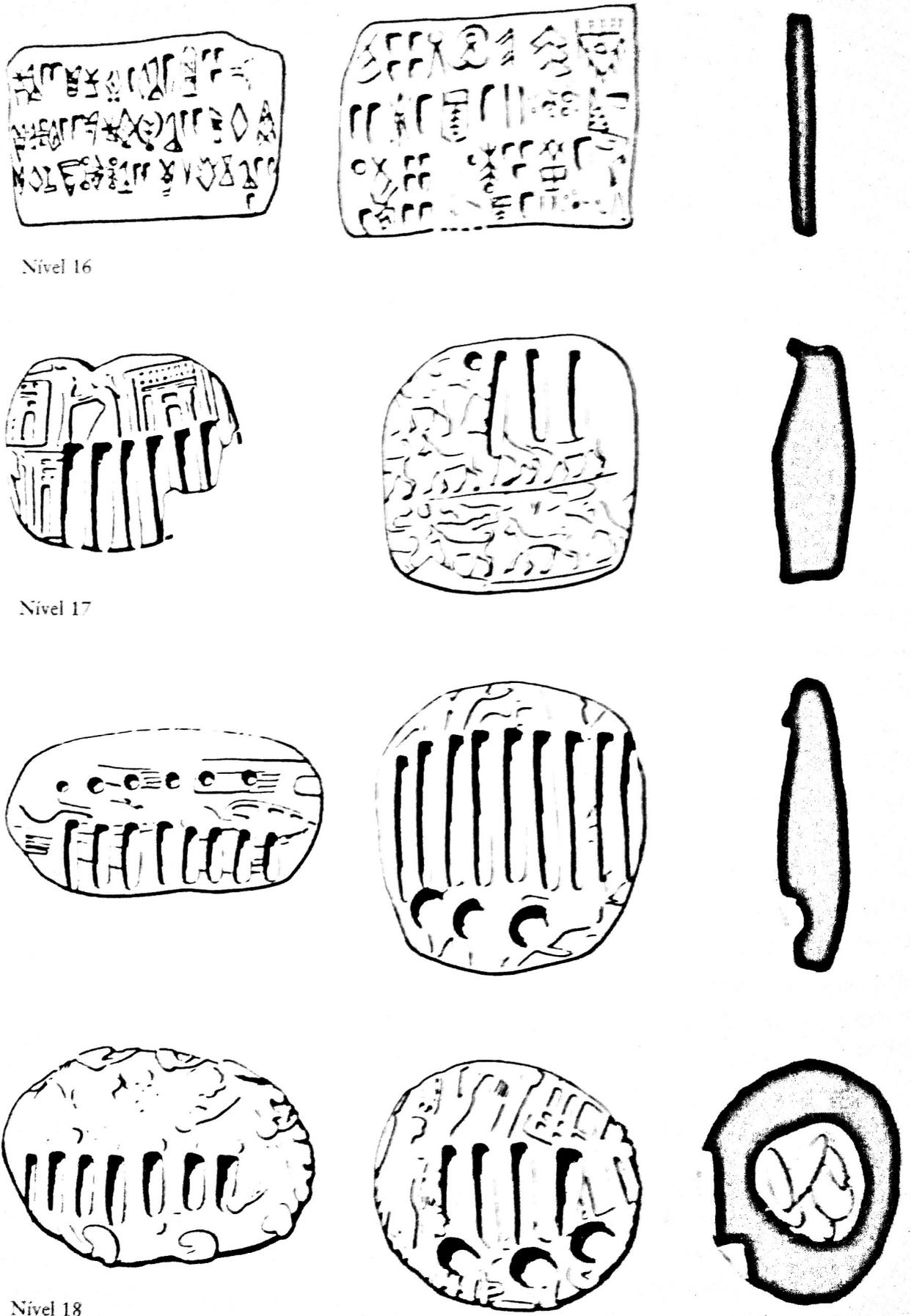
Portanto, as exigências administrativas das grandes organizações produzem um cenário agrário sexagesimal (forma dos campos, espaçamento dos sulcos, relações numéricas simples entre semente, colheita, áreas, unidades de trabalho etc.), uma divisão do tempo sexagesimal, um sistema fixo de cálculo dos valores e das redistribuições. Enfim, transformam uma realidade caracterizada por infinitas variáveis individuais em um universo calculável e programável, despersonalizado e racional.

#### 4. GARANTIAS E REGISTROS: O NASCIMENTO DA ESCRITA

Ao mesmo tempo que se põe em prática sistemas de cálculo e de mensuração, levanta-se o problema de garantir a correção das operações realizadas e de memorizá-las. As grandes organizações da primeira urbanização foram construídas sem a presença da escrita: foram suas próprias exigências que levaram à sua introdução, seguindo uma série de fases muito rápidas. O surgimento de um sistema de registros escritos representou o coroamento do processo de especialização do trabalho e de despersonalização das relações de trabalho e distributivas, o que permitiu uma busca de formas de organização política e econômica que estavam vedadas a outras sociedades que, apesar de ter enfrentando o problema da especialização, da urbanização e da formação protoestatal, ainda não possuíam esse instrumento fundamental.

O primeiro passo é o uso do selo como instrumento de certificação e garantia. Já na fase Halaf (e depois, sobretudo, na fase Ubaid) o selo era bem difundido tanto na Baixa Mesopotâmia como nas terras circunvizinhas. Trata-se de selos de carimbo, de forma quadrangular ou redonda, com figuras geométricas ou de animais. O carimbo do sinete equivale a uma assinatura, identifica seu proprietário graças ao reconhecimento da marca. No período de Uruk surgiram importantes mudanças a respeito da forma, da decoração e, sobretudo, do uso dos selos. Os selos de carimbo são substituídos pelos cilíndricos, com a marca feita por rolagem, e com a possibilidade de se obter faixas de marcas com diversas extensões. A colocação do selo deixou de indicar simplesmente uma assinatura, mas a garantia da não violação de um recipiente lacrado.

As representações mudam de tema, incluindo cenas ligadas ao trabalho e aos símbolos da comunidade protoestatal: cenas agrícolas e da criação de animais, de trabalho artesanal (da tecelagem à cerâmica), de transporte terrestre e fluvial, de condução de bens aos armazéns, de oferendas ao templo. Aparecem também cenas de guerra e surge a figura de um rei-herói, defensor do templo contra os ataques de inimigos, e dos armazéns contra os ataques dos animais selvagens. O repertório glíptico de Uruk caracteriza sinteticamente, mas eficazmente, a sociedade protourbana que o produziu: divisão do trabalho, conservação dos excedentes, desenvolvimento artesanal, surgimento de uma



Nível 16

Nível 17

Nível 18

Figura 23. A caminho da escrita: registros administrativos da acrópole de Susa.  
Fase I (nível 18): *cretula* com marca de selos e senhas numéricas (que aparecem também na parte interna).  
Fase II (níveis 18 e 17): tabuletas numéricas com marca de selos e senhas (não aparecem mais na parte interna).  
Fase III (nível 16): tabuleta com escrita protoelâmica e sinais numéricos (sem marcas de selos e de senhas).

classe dirigente, surgimento de determinado chefe, sua relação com o templo e seu papel central. Trata-se de uma representação tão bem articulada, que se pode notar aí uma vontade explícita de substituir o repertório geométrico e animal por um repertório que reflita a ideologia da nova sociedade e das grandes organizações às quais pertencem os funcionários portadores destes selos.

Mas a novidade mais importante diz respeito à função. A possibilidade de identificar o autor do selo assume um papel essencial no sistema de responsabilidades e garantias despersonalizadas que constitui a base de uma grande agência distributiva. O fechamento dos recipientes (vasos, sacos) ou do ponto de entrada e saída dos espaços (armazéns), com fechaduras ou ferrolhos torna-se uma prática comum. O laço que fecha o recipiente ou a porta é lacrado com uma *cretula* ou *bullā*, isto é, com um pedaço de argila sobre o qual se imprime o selo do funcionário responsável. Quando a *cretula* seca, torna-se impossível a abertura, que só pode ser feita com seu rompimento pelo funcionário responsável ou com sua autorização; ele é o único que pode refazer um selo autêntico. Selar e retirar o selo tornam-se atos administrativos precisos, que garantem a integridade do conteúdo e a legitimidade de sua utilização. Isto vale tanto para os recipientes destinados a serem transferidos de um espaço para outro (vasos ou sacos com mercadorias para exportação ou importação) como para os depósitos de excedentes destinados ao uso corrente: as portas dos armazéns eram abertas e fechadas diariamente, sob a responsabilidade do funcionário responsável.

Disso resulta um número muito alto de selos "usados", isto é, rompidos e conservados durante certo tempo para fins de controle, e depois descartados nas proximidades dos armazéns. O estudo do descarte de selos de Arslantepe é o melhor exemplo de como uma análise cuidadosa pode conduzir à reconstrução de todo o sistema administrativo, mesmo sem a escrita. A comparação entre e a marca do selo (na parte externa da *cretula*) e a marca do recipiente ou do fecho selado (na parte interna da *cretula*) permite reconhecer competências específicas. Assim, a associação que se faz entre um determinado selo e um tipo de ferrolho permite reconstruir a figura e a função do responsável de um determinado armazém.

Os selos colocados em recipientes ou portas de armazéns referem-se apenas à circulação ou à conservação de mercadorias. Porém, existiam outras operações administrativas que também exigiam uma garantia de autenticidade, mas que não eram fisicamente atreladas a um objeto: instruções de serviço, particularmente instruções da administração central para funcionários periféricos, mas também informações e notas. Nesses casos, recorre-se ao selo contendo símbolos ligados à natureza e à quantificação da operação que se dispõe ou se registra. Como os selos, as senhas (*tokens*) também têm uma longa história, que precede o período de Uruk, mas também elas ganharam relevância quando foram inseridas nos mecanismos distributivos das organizações protourbanas. Trata-se de pequenos objetos de cerâmica, de pedra ou de osso, com a representação de certas mercadorias ou quantidades — e que constituem uma verdadeira (ainda que embrionária) escrita com objetos. Uma série de senhas conservada dentro

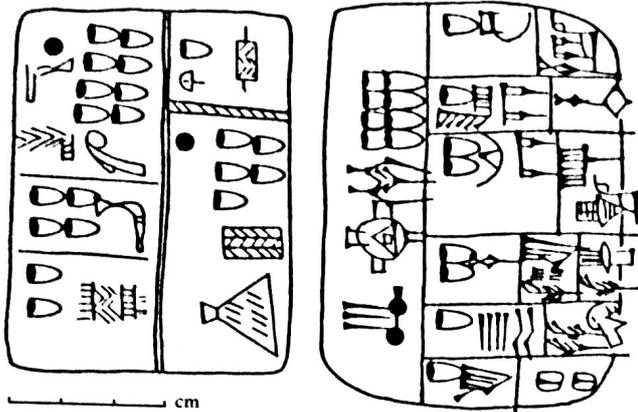
de um involucro de argila crua, autenticado externamente com o selo de um funcionário (obviamente conhecido por seus colegas) torna-se uma mensagem perfeitamente compreensível no âmbito dos procedimentos conhecidos e repetitivos. Por exemplo, se um funcionário periférico deve pedir periodicamente uma quantidade de ração de cereais para distribuir aos operários que estão sob suas ordens (por exemplo, para a escavação de um canal), ele poderá enviar ao armazém central uma *cretula* selada contendo uma marca de "cevada" e as senhas numéricas com o total da quantidade solicitada. O responsável pelo armazém terá condições de decodificar facilmente este objeto-mensagem, e entregará ao portador a cevada solicitada, conservando a *cretula* aberta para documentar a entrega.

O uso de *cretulae* com senhas passa por uma rápida evolução que leva à sua substituição por sistemas mais explícitos e mais práticos. Para poder conhecer o conteúdo da *cretula* sem precisar rompê-la, começa-se a reproduzir as senhas internas por impressão em sua superfície. Pouco depois se percebe que as impressões externas, cuja autenticidade é garantida pelo fato de terem sido feitas sobre a marca do selo ainda fresca, tornam desnecessária a inclusão de códigos de objetos, que deixam de ser utilizados nas práticas administrativas. A *cretula*, que continha, originalmente, as senhas, transforma-se em um suporte de senhas numéricas sobrepostas ao selo de garantia. Assim, transforma-se em uma "tabuleta" que não tem mais uma forma arredondada, mas a de uma placa com duas faces que permitem manter a marca do selo e as senhas numéricas.

A substituição de um código de objetos (as senhas) por um código gráfico (as marcas de tais objetos) torna-se decisiva. Esta é a origem da escrita, que apresenta uma ductilidade e uma possibilidade de desenvolvimento muito maior. Em um pequeno espaço se consegue gravar inúmeros sinais, não utilizando mais a impressão de senhas, mas desenhando sua silhueta com um estilete de cana. Além dos sinais numéricos, divididos em unidades, dezenas, centenas etc., indicam-se símbolos de coisas, tanto as que já possuíam uma contramarca (por exemplo, "ovelha", "tecido", "cevada" e similares) como outras novas, de caráter pictográfico, nas quais o sinal se torna uma representação simplificada do objeto.

As tabuletas numéricas, caracterizadas pela presença do selo em toda sua extensão e pela impressão das senhas numéricas, são substituídas pelas tabuletas logonuméricas, com símbolos tanto numéricos (impressos) como logográficos (feitos com estilete). A presença do selo torna-se inútil para os registros administrativos (mantendo-se, no entanto, indispensáveis em tabuletas de valor legal e em cartas). Agora as informações contidas no selo podem ser expressas em logogramas. A tabuleta pode ter subdivisões para isolar diferentes operações, evidenciar os totais e os resumos. Enfim, começa-se a utilizar os sinais pictográficos para representar não apenas o objeto representado, mas também uma palavra que tenha mais ou menos o mesmo som. Assim, por exemplo, uma "seta" pode ser usada para indicar "vida" porque ambas se pronunciam *ti* em sumério, uma "cana" para significar "restituir" (ambas se pronunciam *gi* em sumério), e assim por diante. Isto nos permite saber, primeiramente, que a língua escrita era o su-

Uruk Tardio c. 3100	Jemdet Nasr c. 3000	Protodinástico III c. 2400	Ur III c. 2000	Significado
				SAG "cabeça"
				NINDA "pão"
				KU "comer"
				AB "vaca"
				APIN "arado"
				KI "lugar"
				10 o 6
				1



Desenvolvimento formal de alguns sinais, dos pictogramas de Uruk IV à escrita suméria clássica.

Exemplos de tabuletas de Uruk IV (esquerda) e III (direita).

Figura 24. Origem e desenvolvimento da escrita cuneiforme.

mério, porque estes jogos de palavras só têm sentido nessa língua, mas permite, particularmente, aos escribas, expressar conceitos abstratos, verbos, nomes próprios, enfim, tudo o que não é um objeto representável. Depois permitirá também expressar elementos morfológicos (prefixos e sufixos etc.) e construir verdadeiras frases. Permitiu, assim, responder a todas as necessidades administrativas da época: mercadorias, quantidades, pessoas, operação realizadas ou a serem realizadas.

Com esses instrumentos operativos à sua disposição, a administração torna-se o trabalho mais especializado dentro das grandes organizações. O funcionário torna-se o "escriba", que padroniza a técnica da escrita (assim como do cálculo e dos procedimentos administrativos), após uma atividade de treinamento especial. Se nas oficinas artesanais os aprendizes aprendiam na prática de seus primeiros anos de trabalho os segredos de suas técnicas, o escriba precisa passar por um treinamento em escolas específicas, onde os mestres ensinam os alunos a padronizar centenas de sinais. Deste treinamento saíam os membros da elite cultural e política do Estado, que controlavam a realidade

no âmbito das palavras e se tornavam capazes de controlá-la operacionalmente no âmbito socioeconômico.

A utilização da escrita não é um simples avanço técnico; é um novo modo de compreender e enfrentar o mundo circunstante. A seleção dos sinais que começam a fazer parte do repertório habitual corresponde a uma obra de seleção e ordenação da realidade física. Como acontece na escolha de medidas ou de valores padrão, assim também a seleção das coisas reais permite passar de um universo rico, mas incontrolável, a outro mais convencional e simplificado. Há uma seleção de tipos oficiais (objetos, plantas, animais), e há uma seleção de operações e relações socioeconômicas significativas, que fazem passar da riqueza caótica das relações pessoais e dos conhecimentos individuais à rígida catalogação de um saber que consegue manter coesa a comunidade protoestatal.

Não é por acaso que, desde o início da escrita, ao lado dos textos de natureza administrativa responsável pela invenção da escrita encontram-se textos de natureza escolar que servem para catalogar e transmitir a escrita e o saber que ela veicula. Esses textos têm a forma de listas: listas de sinais que são, ao mesmo tempo, listas de palavras e de coisas. Quando ainda não existiam outros textos além dos simples registros contábeis — ou seja, quando não existiam ainda nem cartas nem inscrições reais, nem orações nem encantamentos — já existiam listas ordenadas por categorias (listas de profissões, de aves, de vasos, de plantas etc.) que servem para “capturar” um universo potencialmente infinito, tornando-o convencional, útil e acessível aos discípulos.

O lote de tabuletas administrativas pertencentes aos níveis IV-III de Eanna permitiram observar como as principais formas administrativas, muito conhecidas posteriormente (e com muitos detalhes no período neossumério), já fossem utilizadas no período Uruk Tardio, pelo menos em suas linhas gerais. Assim, algumas tabuletas relativas à gestão das terras mostram como se dava, concretamente, o mecanismo de estimativa do trabalho de empreita das colheitas e dos dois terços devidos ao templo (um terço é do administrador para as despesas e para a semente do próximo ano). Outras, relativas à administração dos rebanhos, já revelam um sistema de cálculo convencional de meio cordeiro por ano por fêmea adulta e de nascimento alternado macho/fêmea, que se tornará depois a regra da administração para controlar as atividades que se desenvolvem em localidades distantes. Portanto, o que tem sido dito sobre a economia da época está embasado também em dados textuais de natureza administrativa, que são, de certa forma, enigmáticos, mas que se tornam claros quando comparados àqueles posteriores. Tanto as listas escolares como os esquemas administrativos foram desenvolvidos no período de Uruk e estarão presentes nos próximos séculos.

## 5. POLÍTICA E IDEOLOGIA DAS FORMAÇÕES PROTOESTATAIS

A especialização no trabalho produziu uma estratificação socioeconômica estrutural, ou seja, não apenas factual e quantitativa, mas também funcional e qualitativa. A

estratificação é “vertical” (hierárquica), porque apresenta diferenças no acesso dos vários grupos à redistribuição dos recursos e à definição das decisões; e é também “horizontal” (espacial), porque indica uma concentração dos grupos privilegiados nas cidades. No topo da estratificação encontra-se um núcleo dirigente, que assume o poder de decisão e que reside na cidade, na grande organização central. Assim, a revolução urbana conduz à formação do Estado (o “Estado arcaico”): não só da função decisiva, já presente de alguma forma nas comunidades pré-urbanas, mas do Estado em sentido pleno, entendido como organização estável que controla e defende um território (de dimensão multicomunitária) e que organiza a exploração diferenciada dos recursos com o objetivo de garantir e desenvolver a sobrevivência da população. O que distingue o Estado é exatamente o caráter diferenciado, mas organicamente coerente, dos grupos humanos que o constituem, ou seja, a submissão dos interesses de indivíduos e grupos (familiares, locais etc.) aos interesses coletivos definidos por meio da diversidade das funções e das contribuições e retribuições devidas a cada um.

A formação protoestatal era um organismo baseado na diversidade, uma diversidade evidente e que deixava suas marcas na realidade. Portanto, era preciso introduzir motivações de caráter ideal para convencer os que sustentavam o peso maior de que as disparidades eram importantes para o desenvolvimento global, e que a exploração beneficiava os próprios explorados. Portanto, a organização protoestatal significa, ao mesmo tempo, a constituição de um núcleo dirigente que assuma o ônus das decisões e os benefícios de um tratamento privilegiado, e formação de uma ideologia político-religiosa que assegure estabilidade e coesão à pirâmide das disparidades.

O núcleo dirigente deve operar em duas frentes, operativa e ideológica, que desembocam na constituição de uma burocracia e de um clero. A burocracia, constituída pelos escribas e articulada em setores e hierarquias, cuida da gestão econômica da grande empresa que é a cidade-estado. Define, assegura e registra o fluxo dos excedentes das aldeias para a cidade, determina a redistribuição desses excedentes aos trabalhadores, administra as terras, instrui os especialistas, projeta e realiza as obras de infraestrutura agrícola (canais) e urbana (templos, muralhas), realiza trocas comerciais com regiões distantes.

O clero cuida do culto diário e do reservado, do periódico e do público (festas), isto é, administra a relação com a divindade que proporciona a justificação ideal das relações de desigualdade. A comunidade urbana, já habituada a atribuir às divindades a responsabilidade pelos fenômenos incontroláveis pelo homem, e a ser por elas favorecida nas formas antropomórficas da oferta e dos sacrifícios, transfere agora tudo isso para o nível da organização socioeconômica e política centralizada. Acontece uma espécie de paralelismo entre o mecanismo de centralização da redistribuição e o mecanismo das oferendas cultuais. Como a comunidade cede uma cota de seus produtos (altas, a melhor parte, as primícias) à divindade para obter em contrapartida um andamento correto e favorável dos fenômenos naturais, cede também uma cota parte de seus produtos à classe dirigente em troca dos serviços de organização e de decisões. Com relação

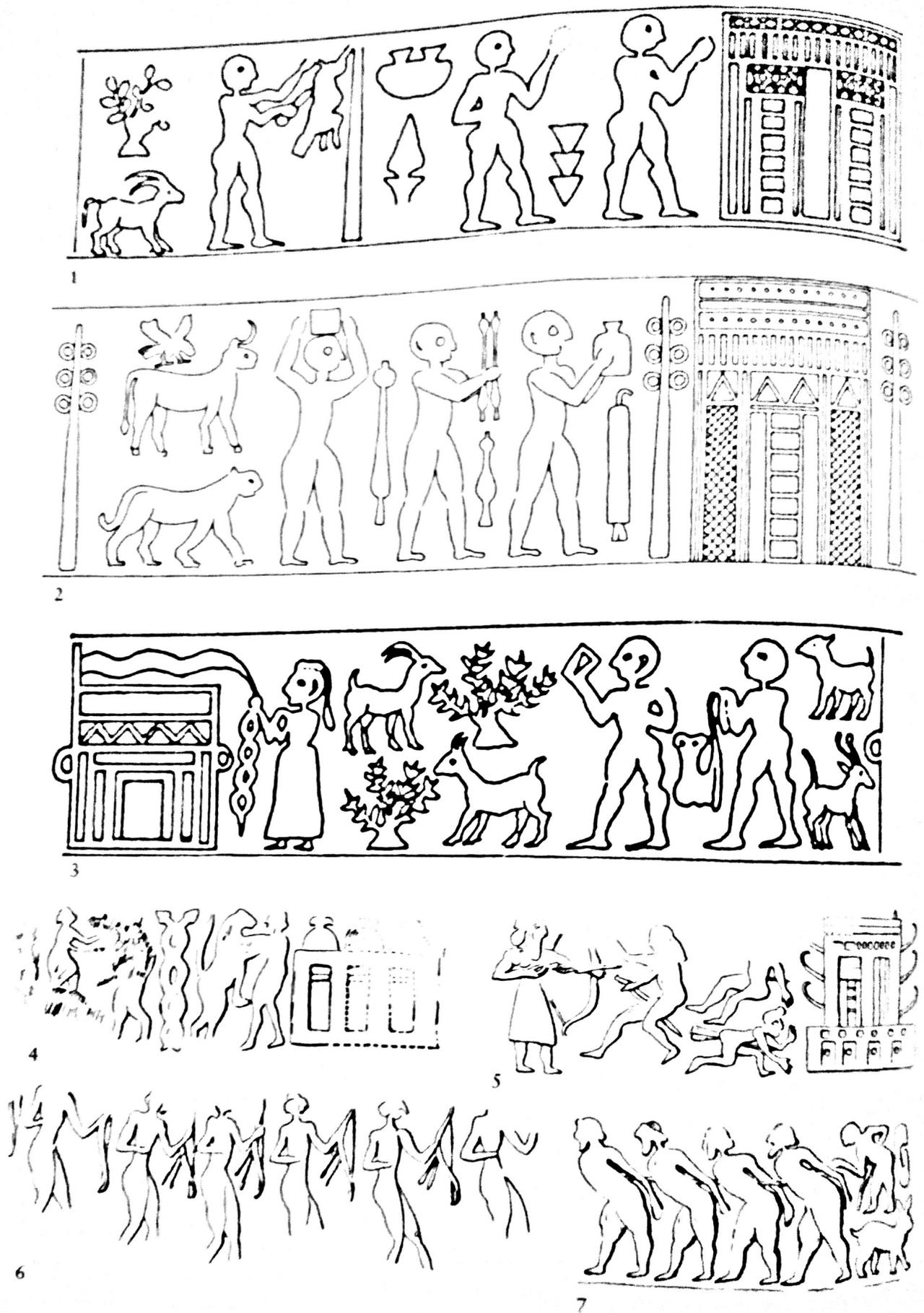


Figura 25. Templo e poder na arte glíptica do período de Uruk.  
1-3: afluxo de bens ao templo; 4: a defesa dos armazéns; 5: a defesa do templo; 6: fila de guerreiros; 7: fila de prisioneiros.

à massa da população produtiva, o núcleo que administra a relação com a divindade (clero) e o que administra a direção técnica (burocracia) se sobrepõem e se identificam.

Além disso, se a sociedade se orientou para funções especializadas diferenciadas, também o mundo divino começa a ser visto como o conjunto de uma série de personalidades, caracterizadas por uma ou mais funções e por setores de responsabilidade e de intervenção (politeísmo). Constitui-se um verdadeiro *panteão* que organiza a pluralidade divina em sistemas de relações (hierárquicos, de parentela), e que se traduz em um conjunto de templos diferentes em cada cidade e com hierarquias diversas.

Uma terceira função essencial para o bom gerenciamento do Estado é o exercício (e o monopólio) da força tendo em vista a defesa e a coesão internas. Com relação ao exterior, torna-se necessária a defesa das riquezas e das capacidades técnicas concentradas nas cidades, no que se refere a outras cidades-estados e a forças diversamente organizadas (tribos nômades ou outras). Essa defesa tem sua correspondência em atividades ofensivas como tentativa de apoderar-se dos produtos e dos meios de produção (homens, terra) pertencentes a outras cidades-estados ou a ambientes marginais.

Um instrumento do exercício estatal da força é a constituição de um exército, com dois graus diversos. Um núcleo militar é mantido por especialistas da guerra em tempo integral (hipótese para o período de Uruk), mas em caso de guerra organiza-se um exército de corveia, com a contribuição de toda a população — e nele o “trabalho” da guerra não é diverso de qualquer outro que exija a mobilização da população. Certo grau de exercício da força é necessário também dentro da comunidade. Dadas as evidentes injustiças distributivas, os grandes desníveis dos graus tributários e das posições sociais, onde não bastavam o convencimento e a ideologia, há uma coação por parte do poder central, para manter a ordem contra rebeldes e agitadores em geral.

As três funções até agora distribuídas em atividades especializadas (administração, clero e milícia), são sublimadas e centralizadas na única pessoa do chefe da comunidade. As decisões unívocas e a interdependência orgânica da formação protoestatal devem ser encabeçadas por um personagem que assuma todos os poderes e as responsabilidades, e também todo o imaginário ideológico. Este, além de ser apoiado por um colegiado representativo (*unkin*), herança da organização igualitária protourbana, é também apoiado por conselheiros técnicos e por responsáveis setoriais a ele subordinados. A função administrativa do rei absorve grande parte de sua atividade, como chefe do palácio ou “casa grande” (sumério *é-gal*), administrada como uma grande empresa. Cabiam-lhe as decisões estratégicas, assim como a administração corrente. A função cultural é a mais ostensiva externamente: o rei apresenta-se como o sumo sacerdote (sumério *en*) do deus da cidade, o gestor humano da empresa urbana em nome do deus que é, teoricamente, seu senhor. No período de Uruk não existe ainda um palácio secular como residência do rei; o templo, casa do deus, é o centro simbólico e operacional da cidade. O rei-sacerdote oficia as cerimônias coletivas, garante o bom andamento das relações entre a comunidade humana e o mundo divino. A ele é, ainda, atribuída a responsabilidade pela defesa da cidade e do povo contra os ataques externos. A arte glíptica do período

de Uruk apresenta-o envolvido em lutas mais ou menos simbólicas contra os animais ferozes que ameaçam o templo ou os rebanhos das cidades, e contra os adversários humanos que ameaçam os bens acumulados nos armazéns.

Já foi dito que o templo é o centro da cidade e constitui seu sustentáculo simbólico e operativo. Sua dimensão, no entanto, destaca-o dos outros edifícios, assim como o acabamento externo e o mobiliário interno. Tudo contribui para colocar em evidência a imponência e a riqueza do templo, que é, em teoria, a fachada com que a comunidade se apresenta a seu deus, e é, na realidade, a fachada com que o núcleo dirigente se apresenta à população. Em torno do templo criam-se espaços para realizar festas e procissões — provavelmente a única ocasião em que a população da cidade se reúne em massa para uma mobilização ideológica que confere motivação para as mobilizações econômicas e laborais. No caso de Uruk, a área templária é muito ampla (como veremos no próximo capítulo). O peso proporcional do setor cerimonial sobre o conjunto urbano, que se refere, de alguma maneira, ao esforço de se criar uma justificativa religiosa para a disparidade socioeconômica, dá uma ideia do peso, em termos materiais, envolvido no desenvolvimento da organização central custeado pela comunidade.

Não são atestadas ainda no período de Uruk outras formas de explicação e propaganda político-religiosa. Todo o peso do fundamento ideológico parece recair sobre a existência do próprio templo e sobre as cerimônias que se desenvolvem nele ou em torno dele. A própria figura do rei-sacerdote, assim como o prestígio dos funcionários e dos sacerdotes giram diretamente em torno do templo. Uma fé religiosa entusiasta e não perpassada por dúvidas parece fundamentar a constituição das comunidades protoestatais baixo-mesopotâmicas. O rei é o sumo sacerdote, e vale-se do prestígio nele refletido pela divindade.